

9.4 – Se a qualidade do material entregues não corresponder às especificações exigidas no edital que precedeu a presente Ata, será convocado o prestador para substituição/correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.5 – Cada material deverá ser efetuado mediante solicitação da DESO com emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

9.6 – O material deverá ser entregue acompanhados de Nota Fiscal correspondente.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da DESO, compete à CONTRATADA:

a) Executar o objeto em conformidade com as condições do Termo de Referência.

b) No preço ofertado pela contratada deverão estar computadas todas as despesas, bem como, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas de quaisquer naturezas, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto contratado.

c) O material utilizado deverá ser novo e original, de ótima qualidade, não se admitindo, em hipótese alguma o fornecimento alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, e estar adequadamente embalado de forma a reservar suas características originais.

d) Será recusado o material deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como, aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou exigências.

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

j) O fornecedor ao participar desse processo está de acordo e ciente que as intimações ou notificações decorrentes da contratação, caso seja necessário, serão formalizadas eletronicamente para o e-mail da empresa, informando na Proposta Comercial, sendo o único responsável em manter-lhe atualizado junto a DESO, verificar caixa de SPAM e não obstante assegurar que o mesmo não esteja com a caixa de entrada cheia.

j) Em cumprimento a RDE nº 12/2021 de 08/03/2021, desta Companhia de Saneamento, a empresa a ser contratada deverá, obrigatoriamente, cumprir as regras previstas no **"GUIA DE ORIENTAÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO"**, que se encontra disponibilizado no site da DESO – www.deso-se.com.br aba "LICITAÇÕES".

pagamento em **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO.

- As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.
- Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

13.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preâmbulo deste instrumento, constando nos seus aversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

13.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

13.1.3 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

13.1.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

13.1.5 – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela DESO, referente aos serviços prestados pela Companhia, conforme R.D.E. nº 21/2015, de 22/10/2015;

13.1.6 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de regularidade perante a Secretaria da Fazenda ou de Finanças (ICMS), referente ao Estado da Federação a que se refere a emissão da respectiva Nota Fiscal;

13.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega a DESO, dos documentos de cobrança acompanhado dos seus respectivos anexos, de forma, clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela DESO dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

13.3 – A Nota fiscal/Fatura deverá destacar o valor dos impostos ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

13.4 – Caso a CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.6 – Somente poderá ser acatada junto ao faturamento, Nota Fiscal dentro do seu período de validade de emissão, cujo CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas corresponda àquele do Contrato e da respectiva Ordem de Serviço.

c) Convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação;

14.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar a Contratada do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do recebimento do empenho;

b) convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação.

14.5 – Caso a DESO já tenha emitido a(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s) para a realização dos serviços e, a empresa não tenha ainda realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) durante o período de análise.

14.6 – A DESO terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido de revisão;

14.7 – Durante o período de análise do pedido de revisão, a Contratada terá que efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados na Ata.

14.8 – Após o pedido de revisão e no caso de sua aceitação, a DESO providenciará o reforço dos valores pertinentes aos bens da(s) Ordem(ns) de Fornecimento(s) emitida(s) durante o período de análise.

14.9 – A Contratada obrigará-se a realizar os serviços pelos preços registrados, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

14.10 – O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas implicará pena de suspensão do direito de licitar pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto em lei.

14.11 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA XV – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – As Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação serão canceladas automaticamente;

a) Por decurso de prazo de vigência;
b) Quando não restarem prestadores registrados;
c) Por interesse público devidamente comprovado pela DESO.

CLÁUSULA XVI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO PRESTADOR

16.1 – A Contratada terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

16.1.1 – A pedido, quando:

a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e/ou dos insumos que compõem o custo dos serviços.

16.1.2 – Por iniciativa da DESO, quando:

- a)** A adjudicatária não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
- b)** A adjudicatária perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
- c)** Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;
- d)** A Contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e)** A Contratada não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente.

16.2 – É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XVII – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O gerenciamento deste instrumento caberá à GERÊNCIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO da DESO.

CLÁUSULA XVIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – A Contratada, pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a sua prévia defesa no prazo de 10 (dias) dias úteis, ficará sujeita as seguintes sanções previstas no RILC e na Lei 13.303/2016:

- 18.1.1** - Advertência;
- 18.1.2** - Multa moratória;
- 18.1.3** - Multa compensatória;
- 18.1.4** - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contatar com a DESO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 18.1.5** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.2 - As sanções constantes no subitem 18.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

18.3 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

- 18.3.1** - Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;
18.3.2 - Não manter proposta, injustificadamente;
18.3.3 - Comportar-se de modo inidôneo;
18.3.4 - Fizer declaração falsa;

18.3.5 - Cometer fraude fiscal;

18.3.6 - Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

18.4 - São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as previstas no art. 186 do RILC.

18.5 - As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela DESO com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.6 - A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da DESO, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ao não.

18.7 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente 2% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II – Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser aplicada multa correspondente 1% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III – Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

IV – No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente 2% do valor total do contrato;

V – No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10% sobre o valor da parcela não executada;

VI – No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 30% sobre o saldo remanescente do contrato:

VII – Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 5% sobre o valor da parcela em atraso.

18.8 - Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a DESO descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a DESO executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

18.9 - A DESO poderá quando do não pagamento da multa pela Contratada, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DESO, por até 05 (cinco) anos;

18.10 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à DESO, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, aplicando a disposição do art. 189 e 190 do RILC em face da legislação fiscal, previdenciária, social ou trabalhista.

ANEXO I – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

LOTE I – RETRO ESCAVADEIRAS (LINHA PESADA)						
ORDEM	DESCRIÇÃO /REFERÊNCIA	POSIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	PNEU 12-16.5	DIANTEIRO	UND	8	R\$ 843,00	R\$ 6.744,00
1.2	PNEU 12.5/80-18	DIANTEIRO	UND	16	R\$ 1.333,00	R\$ 21.328,00
1.3	PNEU 12.4-24	DIANTEIRO	UND	2	R\$ 1.579,00	R\$ 3.158,00
1.4	PNEU 19.5-24	TRASEIRO	UND	16	R\$ 2.633,00	R\$ 42.128,00
1.5	PNEU 16.9-24	TRASEIRO	UND	4	R\$ 3.033,00	R\$ 12.132,00
1.6	PNEU 10.16-5	DIANTEIRO	UND	6	R\$ 697,00	R\$ 4.182,00
1.7	PNEU 10.16-5	TRASEIRO	UND	6	R\$ 697,00	R\$ 4.182,00
1.8	PNEU 17.5-25	TRASEIRO	UND	4	R\$ 3.323,00	R\$ 13.292,00
1.9	CÂMARA DE AR 12.5/80-18	DIANTEIRO	UND	4	R\$ 109,00	R\$ 436,00
1.10	CÂMARA DE AR 12-16.5	DIANTEIRO	UND	4	R\$ 77,00	R\$ 308,00
1.11	CÂMARA DE AR 12.4-24	DIANTEIRO	UND	2	R\$ 135,00	R\$ 270,00
1.12	CÂMARA DE AR 17.5-25	TRASEIRO	UND	6	R\$ 319,00	R\$ 1.914,00
1.13	CÂMARA DE AR 19.5-24	TRASEIRO	UND	8	R\$ 241,00	R\$ 1.928,00
1.14	CÂMARA DE AR 16.9-24	TRASEIRO	UND	6	R\$ 215,00	R\$ 1.290,00
Total do Lote I						R\$ 113.292,00

Assinado de forma digital por LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA-02678428000113
Data: 2024.04.17 10:28:32 -03'00'

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: VNV4-FS5P-EYUS-JMKP



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/04/2024 é(são) :

- LUCIANO GOIS PAUL - 19/04/2024 10:11:54 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:19:36 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:19:51 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:20:07 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:22:25 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:22:42 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:22:56 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:23:11 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:23:27 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:23:45 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:23:58 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:28:16 (Certificado Digital)
- LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA - 17/04/2024 10:28:32 (Certificado Digital)

quinta-feira, 18 de Abril de 2024 Aracaju - Sergipe

Estadual nº 9.183/2023, Lei Estadual nº 9.166/2023, Decreto Estadual nº 285/2023.

CONTRATADA: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SEGURANÇA EIRELI CNPJ: 93.726.446/0001-89					
LOTE	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	MARCA
01 Cota Principal	Mochila costal flexível para combate a incêndios florestais, e em matas diversas.	caixas	53	R\$ 960,00	ARP FIRE COSTAL FLEX 21
02 Cota Reservada	Mochila costal flexível para combate a incêndios florestais, e em matas diversas.	caixas	17	R\$ 960,00	ARP FIRE COSTAL FLEX 21

As especificações detalhadas do objeto desta licitação podem ser consultadas no sitio www.comprasnet.se.gov.br

O Superintendente de Licitações e Contratações Diretas da SECLOG adjudica o lote e o Comandante Geral do CBMSE Homologa o certame.

O lote 02 (cota reservada) foi adjudicado ao vencedor da cota principal, em conformidade com o tópico 5.5.1 do edital: " Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes obedecendo a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal" .

Aracaju, 9 de abril de 2024.

Thais Rosário Santos Rocha
Pregoeira-SECLOG

Ariosvaldo Menezes Leite
Superintendente de Licitações e Contratações Diretas - SECLOG

Walter Pereira Lima
Secretário Especial de Gestão das Contratações, Licitações e Logística - SECLOG

Fabio Pinto Cardoso - CEL. QOBM
Comandante Geral do CBMSE

Der

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA
- SEDURBI
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE - DER/SE

RESULTADO FINAL DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2024

OBJETO:Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para restauração com melhoramentos em via e drenagem da avenida Perimetral F, Conj. Albano Franco, Município de Nossa Senhora do Socorro com extensão aproximada de 1,96 km, neste Estado; **VENCEDORA:** RW ENGENHEIROS CONSULTORES S/S-EPP; **VALOR:** R\$ 27.757,00 (vinte e sete mil e setecentos e cinquenta e sete reais); **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 60 (sessenta) dias; **HOMOLOGADO EM:** 16/4/2024.

Aracaju/SE, 16 de abril de 2024.

Frederico Galindo de Góes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE - DER/SE

EXTRATO DO CONTRATO PJ-016/2024

Origem: Tomada de Preços nº 18/2023
Processo nº: 894/2023-COMPRAS.GOV-DER/SE
Contratante: Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe - DER/SE
Contratada: JW SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI.
Objeto: "Execução de serviços para demolição e reconstrução de Parte do muro da oficina do DFER/SE, no município de Aracaju, neste Estado,
Valor Total R\$ 313.367,47 (trezentos e treze mil, trezentos e sessenta e sete reais e sete centavos);
Prazo de Execução:90 (noventa dias).
Prazo de Vigência:180 (cento e oitenta dias)
Base Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 5.848, de 13 de março de 2006, Lei Estadual nº 6.206 de 24 de setembro de 2007, alterada pela Lei Estadual nº 6.675 de 21 de setembro de 2009, Instrução Normativa Conjunta nº 001/2007 - PGE/SEAD, aprovada pelo Decreto Estadual nº 24.860, de 28 de novembro de 2007, Decreto Estadual nº 24.912, de 20 de dezembro de 2007, e cláusulas pactuadas..
Fonte de Recurso: 26.122.0018.0400.4.4.90.39.16 FR 1500 e 1573

Aracaju/SE, 27 de março de 2024.

ANDERSON DAS NEVES NASCIMENTO
Diretor Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE - DER/SE

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO PJ-035/2022

CONTRATANTE: Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe - DER/SE
CONTRATADO: Novatec Construções e Empreendimentos Ltda.

OBJETO: Ficam prorrogados, por mais 120 (cento e vinte) dias, os prazos de execução e de vigência do Contrato PJ-035/2022, cujo objeto consiste na "Implantação da Rodovia SE-100, trecho: Povoado Santa Isabel (Est. 1.172) / Entr. SE-439, com extensão aproximada de 15,00 Km e obras complementares, neste Estado", passando os mesmos, respectivamente, de 510 (quinhentos e dez) dias para 630 (seiscentos e trinta) dias e de 660 (seiscentos e sessenta) dias para 780 (setecentos e oitenta) dias.

BASE LEGAL: Artigo 57, § 1º, incisos I e IV, da Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO: 312/2024-ADIT.CONTRATUAL-DER/SE

Aracaju/SE, 12 de abril de 2024.

ANCELMO LUIZ DE SOUZA
Diretor-Presidente em Exercício

Deso

Ata de Registro de Preços 011/2024//Base Legal: 13.303/2016//Órgão Gerenciador: DESO// Empresa Compromissária: **LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA**//Objeto: Eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de pneus radiais (primeira vida), protetores e câmaras de ar para pneus, sendo genuínos ou originais, não podendo ser remoldados e recauchutados (lote 1)//R\$ 113.292,00//12 meses//Recurso Próprio.

Ata de Registro de Preços 011/2024//Base Legal: 13.303/2016//Órgão Gerenciador: DESO// Empresa Compromissária: **SOBRAL AUTO CENTER LTDA**//Objeto: Eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de pneus radiais (primeira vida), protetores e câmaras de ar para pneus, sendo genuínos ou originais, não podendo ser remoldados e recauchutados (lote 2)//R\$ 232.700,00//12 meses//Recurso Próprio.

Contrato 077/2024//Base legal: Lei 13.303/2016//Contratada: **ONE COMERCIAL LTDA**//Objeto: Aquisição de copos e lacres para CALM- ARP 37/2023 LOTE 1 //R\$ 291.000,00//180 dias//Recursos Próprios.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL 016/2024

Contratada- VR CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ:26.639.538/0001-34 **Objeto:** Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em redes coletoras e coletores-tronco dos sistemas de esgotamento sanitário operado pela SUES no INTERIOR DO ESTADO **Valor:** R\$ 997.667,88 **Base Legal:** Art. 29, inciso XV da Lei 13.303/2016, e o RILC/DESO **PARECER 142/2024.** Roberto Santos Barros Junior / .Presidente da CPL/DESO.

AVISO DE INTENÇÃO DE REVOGAÇÃO

A Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO, torna público a INTENÇÃO DE REVOGAR o PREGÃO ELETRÔNICO nº 113/2023, com objeto: Serviço de Backup em nuvem (BAAS-BACKUP AS A SERVICE), fulcrada na justificativa expressa do Parecer nº 180/2024-CTLG/DESO, homologado pela autoridade superior (Diretor Presidente) da DESO, e por conveniência administrativa visando o interesse público, pelos fatos justificados no processo, à disposição dos interessados para consulta no site www.deso-se.com.br, www.licitacoes-e.com.br. Desta forma, fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta notificação para que os licitantes, se assim desejarem, se manifestem, em observância ao princípio do contraditório e ampla defesa, nos termos do § 3º do artigo 62 da Lei nº 13.303/16, e parágrafo único da art. 86 do RILC/DESO, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar. Pedro Gilmar de Góis-Pregoeiro.

Funcap

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	145/2024.
NATUREZA JURIDICA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 138/2024.
CONTRATANTE	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE.
CONTRATADA	CRISTIANO SILVA CARDOSO - XXX. 363.255-XX
OBJETO	Contratação deCRISTIANO SILVA CARDOSO, inscrita no CPF nº: XXX. 363.255-XX, realizar o trabalho de avaliação técnica e de mérito cultural dos editais 6 e 7/2023/ FUNCAP-SE, com base no decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023, que regulamenta a lei complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 - lei Paulo GustavoAdemais, a realização do supracitado evento será viabilizada com o devido arrimo pelo Governo do Estado de Sergipe.
BASE LEGAL	Art. 25, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993, nas demais normas pertinentes.
VALOR GLOBAL	R\$ 6.980,00 (seis mil novecentos e oitentareais).
FONTE DOS RECURSOS	As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE - FUNCAP, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo: Unidade Orçamentária: 27401-FUNCART Projeto Atividade (Ação): 949- Apoio Emergencial Ao Setor Cultural Decorrente Do Covid-19. Elemento de despesa: 3.3.90.39 / 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. Fonte de Recurso: 1715 / 1716
PARECER JURÍDICO Nº	454/2023 - PROJUR/FUNCAP.
DATA DA CELEBRAÇÃO	27 de março de 2024.

Aracaju, 27 de março de 2024.

Alanny Leite
Diretora-Presidente Interina da FUNCAP/SE.